



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM**

**ESTADO DO PARANÁ**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 19/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2026**

## **OBJETO**

Aquisição de materiais de limpeza, higiene, conservação e itens correlatos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação e das unidades escolares da rede municipal de ensino de Goioxim-PR.

## **VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 318.711,75.

## **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

23/06/2026, às 09h00min.

## **CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

Menor preço por item.

## **MODO DE DISPUTA**

Aberto.

## **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

Sim, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, da Lei Complementar Municipal nº 819/2023 e das justificativas constantes do processo.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM**

**ESTADO DO PARANÁ**

## **EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 19/2026 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2026**

**PROCESSO COM TRATAMENTO FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS, OBSERVADAS AS REGRAS DE EXCLUSIVIDADE, REGIONALIDADE E COMPETITIVIDADE PREVISTAS NO EDITAL E NO PROCESSO.**

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, por meio do Departamento de Licitações, sediado no Paço Municipal, Rua Laurindo Cordeiro de Souza, nº 184, Centro, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 002/2024, da Lei Complementar nº 123/2006, da Lei Complementar Municipal nº 819/2023 e demais normas aplicáveis, conforme as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

Os pregoeiros e a equipe de apoio são os designados pelo Decreto Municipal nº 003/2026.

### **1. DATA, HORA E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA**

1.1. A sessão pública do Pregão Eletrônico será realizada conforme segue:

- a) Data: 23 de junho de 2026
- b) Horário: 09h00min, horário de Brasília-DF;
- c) Local: Sistema LICITANET, disponível em <https://licitanet.com.br/>.

1.2. Até a data e horário fixados para abertura da sessão pública, os interessados credenciados poderão incluir, alterar ou excluir suas propostas diretamente no sistema eletrônico.

### **2. DO OBJETO**

2.1. O objeto da presente licitação é a Aquisição de materiais de limpeza, higiene, conservação e itens correlatos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação e das unidades escolares da rede municipal de ensino de Goioxim-PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos.

2.2. A relação dos itens, unidades de fornecimento, quantidades estimadas, valores unitários e valores totais consta do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.3. A contratação será processada pelo Sistema de Registro de Preços, não havendo obrigação de aquisição integral dos quantitativos estimados, os quais serão solicitados conforme a necessidade da Administração.

### **3. DOS ESCLARECIMENTOS INICIAIS**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

- 3.1. A sessão pública será realizada pela internet, por meio do sistema LICITANET, cabendo aos licitantes acompanhar todas as fases do certame, mensagens, convocações e publicações correlatas.
- 3.2. Sem prejuízo das publicações legais, qualquer alteração, modificação ou informação referente ao Edital será divulgada no sistema eletrônico do pregão e no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Goioxim, cabendo aos interessados acompanhar as publicações.
- 3.3. Quaisquer indícios de acordo, combinação, manipulação, ajuste entre licitantes, divisão indevida de objeto ou prática capaz de frustrar a competição poderão ensejar anulação ou revogação do certame, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis.
- 3.4. O Diário Oficial do Município é o Diário Oficial dos Municípios do Paraná, acessível em [www.diariomunicipal.com.br/amp](http://www.diariomunicipal.com.br/amp).

## 4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimentos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.
- 4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial e/ou no sistema eletrônico, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 4.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por protocolo digital acessível no sítio eletrônico oficial do Município ou pelo e-mail [licitagoioxim@yahoo.com.br](mailto:licitagoioxim@yahoo.com.br).
- 4.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimento não suspendem automaticamente os prazos do certame.
- 4.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo.
- 4.6. Acolhida a impugnação que implique alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será definida e publicada nova data para a realização do certame, quando necessário.

## 5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 5.1. Poderá participar desta licitação qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no País que atenda às exigências deste Edital e de seus anexos, esteja devidamente credenciada no sistema LICITANET, possua objeto social compatível com o objeto licitado e satisfaça todas as condições de participação e habilitação.
- 5.2. A participação no certame implica aceitação plena, irrevogável e irretratável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus anexos, bem como responsabilidade pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados.
- 5.3. Quando previsto o tratamento diferenciado, favorecido ou regionalizado às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, sua aplicação observará a Lei Complementar nº 123/2006, a Lei Complementar Municipal nº 819/2023, a justificativa constante do processo e a preservação da competitividade e da vantajosidade para a Administração.
- 5.4. Não poderão participar desta licitação:



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM**

**ESTADO DO PARANÁ**

- 5.4.1. pessoas jurídicas que não atendam às condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos;
- 5.4.2. pessoa física ou jurídica impedida de licitar ou contratar em decorrência de sanção que lhe tenha sido imposta;
- 5.4.3. empresas controladoras, controladas ou coligadas, concorrendo entre si, quando houver risco à competitividade ou afronta à legislação aplicável;
- 5.4.4. pessoa física ou jurídica que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão licitante ou agente público que atue na licitação, fiscalização ou gestão contratual, inclusive nas hipóteses de parentesco previstas na Lei nº 14.133/2021;
- 5.4.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à publicação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou contratação irregular de adolescentes;
- 5.4.6. agente público do órgão ou entidade licitante, direta ou indiretamente, nos termos do art. 9º da Lei nº 14.133/2021;
- 5.4.7. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, considerando a natureza comum e divisível do objeto, salvo se houver justificativa específica em sentido diverso;
- 5.4.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 5.4.9. licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar sanção aplicada, inclusive por meio de controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica.

## **6. DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS**

- 6.1. Nos termos dos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, os itens cujo valor total estimado seja de até R\$ 80.000,00 serão destinados à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, salvo hipótese legal ou justificativa técnica em sentido contrário.
- 6.2. Considerando a tabela de itens constante do Termo de Referência, os itens individualmente enquadrados no limite legal deverão ser cadastrados no sistema como exclusivos para ME/EPP/equiparadas.
- 6.3. Caso algum item supere o limite legal de exclusividade, a participação será de ampla concorrência, sem prejuízo da aplicação das demais regras de tratamento diferenciado previstas na Lei Complementar nº 123/2006, inclusive cota reservada quando tecnicamente cabível e vantajosa.
- 6.4. A fruição dos benefícios de ME/EPP/equiparadas dependerá da declaração correspondente no sistema e da comprovação da condição quando exigida pela Administração.
- 6.5. A aplicação de tratamento regionalizado, quando configurada no sistema, deverá observar a Lei Complementar Municipal nº 819/2023, a justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar e a ausência de prejuízo à competitividade e à vantajosidade da contratação.

## **7. DO CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO SISTEMA ELETRÔNICO**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM**

**ESTADO DO PARANÁ**

- 7.1. O pregão será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança, através do sistema LICITANET.
- 7.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, o responsável legal do interessado deverá efetuar seu cadastro pessoal e o credenciamento da empresa na plataforma.
- 7.3. O credenciamento implica responsabilidade legal do licitante e presunção de sua capacidade técnica para a prática dos atos no sistema eletrônico.
- 7.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, lances e atos praticados, inclusive por representante.
- 7.5. É responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados, procedendo à correção ou alteração sempre que necessário.
- 7.6. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer fato que possa comprometer o sigilo ou a segurança de suas credenciais de acesso.

## **8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

- 8.1. Após a divulgação do Edital, os licitantes deverão encaminhar suas propostas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 8.2. Para o cadastramento da proposta, o licitante deverá aceitar as declarações exigidas pelo sistema e indicar sua condição de ME/EPP/equiparada, quando for o caso.
- 8.3. Para itens exclusivos a ME/EPP/equiparadas, é obrigatória a assinalação da condição correspondente no sistema, sob pena de impossibilidade de participação no item.
- 8.4. O proponente deverá cadastrar a proposta informando o preço unitário em moeda corrente nacional, com precisão de duas casas decimais.
- 8.5. O cadastramento da proposta vincula o licitante a todos os termos do Edital e de seus anexos, obrigando-o a executar o objeto em conformidade com o Termo de Referência.
- 8.6. O cadastramento da proposta implica a oferta do quantitativo total estimado para o item, sendo vedada proposta para quantidade inferior à estimada.
- 8.7. Antes da abertura da sessão pública, os licitantes poderão modificar ou excluir a proposta cadastrada no sistema.
- 8.8. No valor proposto deverão estar inclusos todos os custos operacionais, frete, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 8.9. O preço ofertado será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, salvo correções admitidas em lei e no Edital.
- 8.10. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação.

## **9. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FASE DE LANCES**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

- 9.1. A abertura da licitação ocorrerá automaticamente em sessão pública, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 9.2. Iniciada a fase de lances, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 9.3. O lance deverá ser ofertado pelo preço unitário do item, observado o critério de julgamento de menor preço por item.
- 9.4. O modo de disputa será aberto, com lances públicos e sucessivos, observadas as regras operacionais da plataforma LICITANET.
- 9.5. O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de R\$ 0,01, salvo parametrização diversa do sistema devidamente informada aos licitantes.
- 9.6. Caso o licitante não apresente lance, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.
- 9.7. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante até o encerramento da etapa competitiva.
- 9.8. O sistema aplicará os critérios de desempate previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e na Lei nº 14.133/2021, conforme parametrização da plataforma e normas aplicáveis.
- 9.9. Todos os licitantes deverão acompanhar as operações no sistema eletrônico, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão da inobservância de mensagens, convocações ou desconexão.

## 10. DA FASE DE JULGAMENTO

- 10.1. Definida a ordem de classificação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção impeditiva, mediante consulta aos cadastros competentes, incluindo SICAF, Cadastro de Restrições ao Direito de Contratar do TCE-PR e Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
- 10.2. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o julgamento da proposta.
- 10.3. Caso a proposta esteja acima do preço máximo ou de referência, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, observada a ordem de classificação.
- 10.4. Encerradas as negociações, o Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, anexe ao sistema eletrônico a proposta final atualizada, em formato PDF, contendo valores unitários e totais, marca/modelo quando aplicável e demais informações exigidas no modelo do Anexo II.
- 10.5. O prazo para apresentação da proposta final poderá ser prorrogado, mediante solicitação justificada do licitante e aceitação do Pregoeiro, registrada no sistema.
- 10.6. Será desclassificada a proposta que contiver vícios insanáveis, não atender às especificações técnicas, apresentar preço inexecutável sem comprovação, permanecer acima do valor estimado após negociação ou apresentar desconformidade insanável com o Edital.
- 10.7. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta ou necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser realizadas diligências para comprovação da executabilidade e adequação ao objeto, observados o contraditório e a legislação aplicável.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM**

**ESTADO DO PARANÁ**

10.8. Caso a proposta atenda às exigências do Edital, será aceita pelo Pregoeiro, passando-se à fase de habilitação.

10.9. Havendo desclassificação da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

## **11. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

11.1. Conforme o art. 63, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a apresentação dos documentos de habilitação será exigida apenas do licitante vencedor, sem prejuízo da verificação das condições declaradas e dos documentos disponíveis em sistemas oficiais.

11.2. Durante o processo licitatório e a vigência contratual, o licitante deverá manter todas as condições de habilitação exigidas.

11.3. Os documentos de habilitação não contemplados no SICAF ou nos sistemas oficiais deverão ser enviados pelo sistema eletrônico no prazo máximo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

11.4. Após a apresentação dos documentos, fica vedada a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca de documentos já apresentados ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.5. A habilitação jurídica será comprovada por contrato social, ato constitutivo, estatuto, registro empresarial ou documento equivalente capaz de comprovar a existência jurídica da pessoa.

11.6. A habilitação fiscal, social e trabalhista compreenderá CNPJ, inscrição estadual ou municipal quando pertinente, regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, FGTS, Justiça do Trabalho e declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

11.7. A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de emissão não superior a 3 (três) meses, salvo prazo de validade indicado no próprio documento.

11.8. A qualificação técnica será comprovada por atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que demonstre(m) fornecimento anterior de materiais de limpeza, higiene, conservação ou bens de consumo similares, compatíveis com o objeto, admitida diligência para verificação da autenticidade e suficiência das informações.

11.9. Na análise dos documentos, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos ou sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada e registrada em ata.

11.10. Havendo restrição na regularidade fiscal e trabalhista de ME/EPP/equiparada, será assegurado o prazo legal para regularização, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

11.11. O não atendimento às exigências de habilitação implicará inabilitação do licitante, prosseguindo-se com a convocação dos remanescentes na ordem de classificação.

## **12. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM**

**ESTADO DO PARANÁ**

12.1. O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas e na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos, a validade jurídica ou a isonomia entre os licitantes, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação ou habilitação.

12.2. Poderão ser realizadas diligências para esclarecimento, complementação de informações, verificação de autenticidade e comprovação de condições existentes à época da abertura do certame.

12.3. Na hipótese de suspensão da sessão para diligências, o reinício ocorrerá mediante aviso no sistema com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, salvo quando todos os interessados estiverem cientificados no próprio ato.

## **13. DOS RECURSOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação, anulação ou revogação da licitação observará o art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, em campo próprio do sistema, no prazo de 30 (trinta) minutos, sob pena de preclusão.

13.3. O prazo para apresentação das razões recursais será de 3 (três) dias úteis, contado da intimação ou da lavratura da ata, conforme o caso.

13.4. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da divulgação da interposição do recurso.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão, que poderá reconsiderá-la no prazo de 3 (três) dias úteis ou encaminhá-lo à autoridade superior, a qual decidirá no prazo legal.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo ou em desacordo com o Edital não serão conhecidos.

## **14. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO**

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, o processo será encaminhado à autoridade superior, que poderá determinar o retorno dos autos para saneamento, revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, anular o certame em caso de ilegalidade insanável, adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14.2. Nos casos de anulação ou revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados, quando cabível.

14.3. A homologação do resultado da licitação não implicará direito subjetivo à contratação.

## **15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. Após a homologação da licitação, serão registrados na Ata de Registro de Preços os preços e os quantitativos do adjudicatário, bem como, quando cabível, o cadastro de reserva dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário ou que mantiverem sua proposta original, respeitada a ordem de classificação.

15.2. A habilitação dos licitantes que compuserem o cadastro de reserva somente será realizada quando houver necessidade de contratação dos remanescentes, nas hipóteses previstas em lei e neste Edital.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM**

**ESTADO DO PARANÁ**

15.3. O licitante vencedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decadência do direito e aplicação das sanções cabíveis.

15.4. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceitação da Administração.

15.5. A existência de preços registrados implica compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obriga a Administração a contratar a totalidade dos quantitativos registrados.

## **16. DAS CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO**

16.1. Os preços registrados poderão ser atualizados nas hipóteses admitidas pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 002/2024 e demais normas aplicáveis, mediante demonstração de fato superveniente que inviabilize a manutenção das condições inicialmente pactuadas.

16.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao praticado no mercado, a Administração convocará o fornecedor para negociar sua redução.

16.3. Quando o preço de mercado se tornar superior ao registrado, o fornecedor poderá requerer a atualização antes do pedido de fornecimento, mediante apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória.

16.4. Não comprovada a necessidade de atualização, o pedido será indeferido e o fornecedor permanecerá obrigado ao cumprimento da Ata, sob pena de cancelamento do registro e aplicação das sanções cabíveis.

16.5. O registro do fornecedor ou a Ata poderá ser cancelado nas hipóteses previstas na legislação, no Decreto Municipal nº 002/2024, na Ata de Registro de Preços e neste Edital, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.

## **17. DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES REGISTRADOS**

17.1. A contratação com fornecedores registrados será formalizada por instrumento contratual, nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. Os instrumentos de contratação serão emitidos durante a vigência da Ata de Registro de Preços e conforme a necessidade efetiva da Administração.

17.3. Os contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes da Ata observarão os prazos, condições de entrega, recebimento, pagamento, fiscalização e sanções definidos no Termo de Referência, na Ata e neste Edital.

17.4. Antes da formalização da contratação, será verificada a manutenção das condições de habilitação do fornecedor.

## **18. DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

18.1. Durante os primeiros 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado ou da proposta, conforme definido no instrumento contratual, os preços permanecerão fixos e irrevogáveis.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

18.2. Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, eventual reajuste poderá ser solicitado mediante aplicação do IPCA, salvo índice diverso definido no Termo de Referência ou instrumento contratual.

18.3. Havendo necessidade devidamente comprovada, poderá ser analisado pedido de revisão para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 002/2024.

## 19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou adjudicatário que:

19.1.1. deixar de entregar documentação exigida para o certame;

19.1.2. não manter a proposta, salvo fato superveniente devidamente justificado;

19.1.3. não celebrar contrato, não assinar a Ata de Registro de Preços ou não retirar instrumento equivalente quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

19.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa;

19.1.5. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução;

19.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

19.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

19.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

19.2. A Administração poderá aplicar as sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, observados o contraditório, a ampla defesa, a proporcionalidade e os arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

19.3. A multa poderá variar de 0,5% a 30% do valor do contrato licitado ou do instrumento equivalente, conforme a gravidade da infração, sem prejuízo da obrigação de reparação integral do dano causado.

19.4. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, nos termos da legislação, mediante processo administrativo regular.

## 20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, salvo comunicação em sentido diverso.

20.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

20.4. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse público, a isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

20.5. Em caso de divergência entre o Edital e seus anexos, prevalecerão as disposições do Edital, sem prejuízo de saneamento formal de inconsistências pela Administração, quando cabível.

20.6. O Edital e seus anexos estarão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no sistema LICITANET e no sítio eletrônico do Município de Goioxim.

20.7. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços

ANEXO III - Modelo de Declaração Unificada

ANEXO IV - Modelo de Declaração de Enquadramento como ME/EPP

ANEXO V - Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO VI - Minuta do Contrato Administrativo

Goioxim-PR, 09 de junho de 2026.

**Flávio Balduino Soares**

Agente de Contratação

Decreto Municipal nº 003/2026



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 - O objeto da presente licitação consiste na contratação de empresa (as) do ramo pertinente para Aquisição de materiais de limpeza, higiene, conservação e itens correlatos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação e das unidades escolares da rede municipal de ensino de Goioxim-PR, nos termos da tabela abaixo, conforme as especificações/quantitativos condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Qtd.	Und.	V. unt.	Total
1	Álcool Líquido Etílico hidratado 70° INPM. Composição: álcool etílico hidratado, desnatante e água potável. Contendo 1 litro.	1.000,00	UN	R\$ 7,71	R\$ 7.710,00
2	Álcool Líquido Etílico hidratado 92 INPM. Composição: álcool etílico hidratado, desnatante e água potável. Contendo 1 litro.	1.000,00	UN	R\$ 9,86	R\$ 9.860,00
3	Água sanitária, à base de hipoclorito de sódio, com teor de cloro ativo entre 2,0% e 2,5%, embalagem de 1 litro, com registro/notificação perante o órgão sanitário competente, quando exigido.	1.200,00	UN	R\$ 5,05	R\$ 6.060,00
4	Amaciante de roupas Composição: tensoativo catiônico emulsificante, espessante, emulsão de silicone não iônica. Princípio ativo: cloreto de amidopropil hidroxietil metil diestearil amônio. Embalagem de 2 litros.	150	UN	R\$ 11,09	R\$ 1.663,50
5	Avental tergal branco, com tiras em Poliéster (1 tira no pescoço e 2 tiras na cintura para ajuste). Produzido em tecidos de qualidade e ótimo acabamento. Tamanho 85x63 cm. Composição 80% poliéster/ 20% viscose.	100	UN	R\$ 40,26	R\$ 4.026,00
6	Balde plástico com alça de arame galvanizado de alta resistência com capacidade de 10 litros. Resistência ao calor até 100° C. Plástico não tóxico.	50	UN	R\$ 14,93	R\$ 746,50
7	Balde - com alça de ferro 8 litros. Dimensão de 23 cmx22cm.	25	UN	R\$ 11,87	R\$ 296,75
8	Bacia plástica multiuso de 32 litros.	25	UN	R\$ 38,63	R\$ 965,75
9	Bacia plástica multiuso de 80 litros.	25	UN	R\$ 77,27	R\$ 1.931,75
10	Bacia plástica de 12 litros reforçada.	25	UN	R\$ 22,08	R\$ 552,00
11	Odorizador/aromatizador de ambientes em aerossol, embalagem mínima de 360 ml, fragrâncias variadas ou neutro. Lavanda, lembranças de infância e neutro.	200	UN	R\$ 16,30	R\$ 3.260,00
12	Cera líquida composição carnaúba, dispersões acrílicas metalizadas emulsificante, agente nivelador, agente formador de filme, alcalinizante, plastificante, conservante, fragrância, corante e água. Embalagem de 750 ml. Cor branca e incolor.	400	UN	R\$ 21,18	R\$ 8.472,00
13	Cera em pasta vermelha com silicone. Composição solvente mineral, cera de carnaúba, parafina, silicone e corante (exceto incolor). Peso Líquido de 375 gramas.	200	UN	R\$ 26,73	R\$ 5.346,00
14	Detergente para piso limpeza pesada. Composição: tensoativos não iônico, alvejante, sequestrantes original. Embalagem de 5 litros	350	UN	R\$ 39,53	R\$ 13.835,50
15	Desinfetante sanitário e desengordurante, indicado para limpeza de pisos, banheiros e cozinhas, aspecto físico líquido, à base de água, princípio ativo e fragrância, embalagem de 5 litros, com data de fabricação e prazo de validade impressos na embalagem.	500	UN	R\$ 38,92	R\$ 19.460,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

16	Detergente de louça - composição: tensoativos aniônicos, sequestrante, conservantes, espessante, corante, fragrância e água. Componente ativo: linear alquil benzeno sulfonato de sódio, Contém tensoativo biodegradável. Testado dermatologicamente. Embalagem de 500 ml.	6.000,00	UN	R\$ 2,96	R\$ 17.760,00
17	Escova multiuso de material plástico com composição: material sintético, pigmento e metal.	100	UN	R\$ 6,04	R\$ 604,00
18	Esponja multiuso - composição: espuma de poliuretano e fibra sintética	500	UN	R\$ 4,46	R\$ 2.230,00
19	Inseticida Ingredientes ativos: imiprotrina 0,020%, permetrina 0,050%, esbiostrina 0,100%. Composição: solvente, antioxidante, emulsificante, veículo e propelentes. Embalagem de 270 ml. Odor suave.	50	UN	R\$ 18,08	R\$ 904,00
20	flanela para limpeza	200	UN	R\$ 5,73	R\$ 1.146,00
21	Fibra de limpeza pesada - composição: fibras sintética com abrasivo. Tamanho 102x260	200	UN	R\$ 8,46	R\$ 1.692,00
22	Cesto plástico fechado – lixeira com tampa de 30 litros.	50	UN	R\$ 49,90	R\$ 2.495,00
23	Cesto plástico fechado – lixeira com tampa de 15 litros.	50	UN	R\$ 38,83	R\$ 1.941,50
24	Lixeira de plástica com pedal alta resistência de 30 litros	30	UN	R\$ 86,57	R\$ 2.597,10
25	Lixeira de plástica com pedal alta resistência de 15 litros	30	UN	R\$ 56,17	R\$ 1.685,10
26	Lustra móveis composição: veículo, carnaúba silicone, espessante, emulsificante, aditivo, isotiazolinona e fragrância. Embalagem de 200 ml. Diversas fragrâncias.	100	UN	R\$ 12,43	R\$ 1.243,00
27	Limpador Multiuso 500 ml. Indicado para limpeza de todas as superfícies laváveis, com ação removedora de gordura, fuligem, poeira, marcas de dedos, etc. A base de água, princípio ativo e fragrância; com bico dosador. Data de fabricação e prazo de validade impressos na embalagem. Frascos com 500 ml	300	UN	R\$ 7,59	R\$ 2.277,00
28	Papel Higiênico Macio, 100% fibras celulósicas, gofrado, não perecível Folha dupla. Pacote com 12 rolos de 30 mx10 cm.	2120	PCTE	R\$ 20,02	R\$ 42.442,40
29	Rodo com espuma - espuma 36 cm. Emplastificado.	100	UN	R\$ 18,93	R\$ 1.893,00
30	Saponáceo cremoso Composição: tensoativo aniônico, abrasivo, espessante, veículo e essência. Embalagem de 300ml. Diversas fragrâncias	300	UN	R\$ 10,19	R\$ 3.057,00
31	Sabonete líquido - embalagem de 1 litro.	500	UN	R\$ 16,90	R\$ 8.450,00
32	Sabão em pó composição aniônico, alcalinizante, sequestrante, carga, coadjuvantes, branquador óptico, corante, enzimas, agente antirredespositante, fragrância e água. Com tensoativo biodegradável. Embalagem de 1 kg.	700	KG	R\$ 14,32	R\$ 10.024,00
33	Saco para lixo 100 litros. Composição: material sintético reciclado, pigmento e aditivo biodegradável APM 300. Fardos com 10 rolos com 15 unidades de 75 cm x 1,05 m.	150	PCTE	R\$ 159,60	R\$ 23.940,00
34	Saco para lixo 50 litros. Pacote com 50 unidades	150	PCTE	R\$ 23,65	R\$ 3.547,50
35	Saco para lixo 30 litros pacote com 30 unidades	150	PCTE	R\$ 15,34	R\$ 2.301,00
36	Saco para lixo 15 litros, pacote com 50 unidades	150	PCTE	R\$ 12,26	R\$ 1.839,00
37	Sabonete em barra - com 90 gramas.	50	UN	R\$ 4,29	R\$ 214,50
38	Toalha de papel folha dupla picotada e gofrada. Com 2 rolos cm 50 toalhas de 20 cm x 20 cm cada. Composição: 100% fibras celulósicas.	1200	PCTE	R\$ 8,36	R\$ 10.032,00
39	Toalha de papel composição: 100% fibras naturais. Com 1.000 folhas de 23 x 20 cm. Fardos com 5 pacotes.	200	PCTE	R\$ 18,47	R\$ 3.694,00
40	Toalha de rosto - 100% algodão. Tamanho 45 cm x 80 cm.	100	UN	R\$ 13,17	R\$ 1.317,00
41	Gel mata-barata- 1 Aplicador, peso 10 g a unidade.	80	UM	R\$ 20,57	R\$ 1.645,60
42	Pano de chão para limpeza de pisos e assoalhos em geral, absorvente, lavável e durável, medindo no mínimo 71cmX 54cm, fabricado em algodão cru na cor branca ou cinza	150	UN	R\$ 13,35	R\$ 2.002,50

Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184 - Centro - Fone: (42) 3656-1002 (42) 3656-1108

CNPJ: 01.607.627/0001-78 – CEP: 85162-000 - Goioxim-PR

[www.goioxim.pr.gov.br](http://www.goioxim.pr.gov.br)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

43	Pote bacia com tampa redonda de 10,8 litros	50	UN	R\$ 31,23	R\$ 1.561,50
44	Caixa com copo descartável de 180 ml. Com 2.500 unidades.	10	CX	R\$ 148,83	R\$ 1.488,30
45	Guardanapo de papel 33x30 cm. Contém 50 unidades.	200	UN	R\$ 4,62	R\$ 924,00
46	Pá de lixo	200	UN	R\$ 8,99	R\$ 1.798,00
47	Desentupidor químico para pias, ralos e vasos sanitários, embalagem mínima de 300 g, ou produto equivalente, observadas as normas sanitárias e de segurança aplicáveis.	150	UN	R\$ 26,64	R\$ 3.996,00
48	caixa de palito de dente com 50 unid	200	CX	R\$ 3,20	R\$ 640,00
49	saco para pipoca fardo com 100 unidades	100	PCTE	R\$ 11,63	R\$ 1.163,00
50	pulverizador plásticos capacidade 780 ml	200	UN	R\$ 15,15	R\$ 3.030,00
51	Vassoura nylon com cabo	150	UN	R\$ 16,20	R\$ 2.430,00
52	Vassoura de palha com cabo	150	UN	R\$ 38,20	R\$ 5.730,00
53	rodo de madeira com cabo tamanho 50 cm	150	UN	R\$ 33,87	R\$ 5.080,50
54	rodo de madeira com cabo tamanho 40 cm	150	UN	R\$ 29,38	R\$ 4.407,00
55	rodo de alumínio com cabo 50 cm	150	UN	R\$ 50,23	R\$ 7.534,50
56	rodo de alumínio com cabo 40 cm	150	UN	R\$ 47,90	R\$ 7.185,00
57	Rodo esfregão abrasivos esponja lava piso 36 cm com cabo	150	UN	R\$ 24,94	R\$ 3.741,00
58	luva látex tamanho M	150	UN	R\$ 6,80	R\$ 1.020,00
59	luva látex tamanho G	100	UN	R\$ 7,60	R\$ 760,00
60	pedra sanitária 25gr	500	UN	R\$ 4,00	R\$ 2.000,00
61	Saponáceo em pó, embalagem de 300 g.	200	UN	R\$ 8,22	R\$ 1.644,00
62	luva plástica descartável transparente pacote com 1000 unidades	100	PCTE	R\$ 35,03	R\$ 3.503,00
63	Luva de silicone/borracha para limpeza, tamanho M/G, par, resistente, antiderrapante, destinada à proteção das mãos durante atividades de limpeza.	200	PAR	R\$ 38,30	R\$ 7.660,00
64	Papel filme para alimentos, rolo grande, próprio para contato com alimentos, conforme padrão comercial.	150	UN	R\$ 78,13	R\$ 11.719,50
65	Papel alumínio para alimentos, rolo grande, próprio para contato com alimentos, conforme padrão comercial.	50	UN	R\$ 50,73	R\$ 2.536,50
<b>Total previsto</b>		<b>R\$ 318.711,75</b>			

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, observadas as exigências contidas no Edital e em seus anexos quanto às especificações, condições de fornecimento e demais requisitos do objeto.

1.3. O objeto desta contratação **não se enquadra como bem de luxo**, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, tratando-se de aquisição de bens necessários ao funcionamento regular das unidades escolares e à manutenção das condições adequadas de higiene, limpeza e conservação dos ambientes públicos.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **bens comuns**, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Edital e neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. A contratação será processada por meio de **Sistema de Registro de Preços**, considerando a necessidade de aquisições futuras e parceladas, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Educação e das unidades escolares, sem obrigatoriedade de aquisição integral dos quantitativos estimados.

1.6. O prazo de vigência da **Ata de Registro de Preços** será de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação, bem como a justificativa dos quantitativos estimados, encontra-se pormenorizada em tópico específico do **Estudo Técnico Preliminar**, que integra o presente processo administrativo como apêndice deste Termo de Referência.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

**2.2.** A presente contratação justifica-se pela necessidade de aquisição de materiais de limpeza, higiene, conservação e itens correlatos, destinados ao atendimento da Secretaria Municipal de Educação e das unidades escolares da rede municipal de ensino de Goioxim/PR.

**2.3.** Os materiais são indispensáveis para a manutenção das condições adequadas de limpeza, higiene, salubridade e conservação dos ambientes escolares, contribuindo diretamente para a segurança sanitária de alunos, professores, servidores e demais usuários das unidades educacionais.

**2.4.** A ausência ou insuficiência desses materiais poderá comprometer a rotina das escolas, a adequada prestação dos serviços educacionais e o cumprimento das normas mínimas de higiene e conservação dos prédios públicos utilizados pela Secretaria Municipal de Educação.

**2.5.** Os quantitativos estimados foram definidos com base na demanda das unidades escolares, no consumo histórico, na periodicidade de utilização dos produtos e na necessidade de garantir o abastecimento regular durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

## **2.6. CRITÉRIO DE COTA OU EXCLUSIVIDADE — LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

**2.6.1.** A presente licitação observará o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado concedido às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, nos termos da **Lei Complementar nº 123/2006**, alterada pela **Lei Complementar nº 147/2014**, especialmente quanto às hipóteses previstas no art. 48, incisos I e III. A legislação prevê licitação exclusiva para ME/EPP nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00, bem como reserva de cota de até 25% para ME/EPP em bens de natureza divisível, quando aplicável.

**2.6.2.** Assim, os itens cujo valor estimado seja de até **R\$ 80.000,00** serão destinados à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, desde que atendidas as condições legais e editalícias.

**2.6.3.** Para os itens cujo valor estimado ultrapassar o limite legal de exclusividade, a participação será de ampla concorrência, sem prejuízo da aplicação das demais regras de tratamento diferenciado previstas na Lei Complementar nº 123/2006, quando cabíveis.

**2.6.4.** Tratando-se de aquisição de bens de natureza divisível, poderá ser aplicada cota reservada de até **25%** para microempresas e empresas de pequeno porte, quando tecnicamente viável, vantajoso para a Administração e compatível com a estrutura dos itens licitados.

**2.6.5.** A identificação dos itens exclusivos, de ampla concorrência ou eventualmente reservados constará da tabela de itens, do Edital e/ou dos anexos do processo, observando-se o valor estimado de cada item e as condições legais aplicáveis.

**2.6.6.** Poderão participar do certame as empresas que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, estejam regularmente credenciadas no sistema eletrônico indicado no Edital e atendam integralmente às condições de habilitação, proposta e fornecimento previstas no instrumento convocatório.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

**3.1.** A solução proposta consiste na aquisição de materiais de limpeza, higiene, conservação e itens correlatos, por meio de procedimento licitatório, com adoção do Sistema de Registro de Preços, visando atender de forma contínua, eficiente e planejada às demandas da Secretaria Municipal de Educação e das unidades escolares da rede municipal de ensino.

**3.2.** A contratação por Registro de Preços mostra-se adequada em razão da natureza contínua e variável da demanda, permitindo que as aquisições ocorram de forma parcelada, conforme a necessidade efetiva da Administração, sem obrigatoriedade de aquisição integral dos quantitativos estimados.

**3.3.** A solução contempla o fornecimento de produtos novos, próprios para uso, dentro do prazo de validade, devidamente embalados, identificados e em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, no Edital e em seus anexos.

**3.4.** Considerando o ciclo de vida do objeto, deverão ser observados critérios de qualidade, durabilidade, segurança de uso, armazenamento adequado, redução de desperdícios e, sempre que possível, preferência por produtos e embalagens que reduzam impactos ambientais, desde que não haja prejuízo à competitividade, à economicidade e ao atendimento da necessidade pública.

Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184 - Centro - Fone: (42) 3656-1002 (42) 3656-1108

CNPJ: 01.607.627/0001-78 – CEP: 85162-000 - Goioxim-PR

[www.goioxim.pr.gov.br](http://www.goioxim.pr.gov.br)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

3.5. A solução como um todo encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar, que integra o presente processo administrativo, contemplando a análise da necessidade, dos quantitativos, da forma de contratação e dos resultados pretendidos.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO INCLUINDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

4.1. Além das especificações constantes na descrição dos itens, deverão ser atendidos os requisitos de qualidade, segurança, validade, acondicionamento, rotulagem, entrega e sustentabilidade previstos neste Termo de Referência, no Edital e nas normas aplicáveis.

4.2. Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente embalados, identificados, com informações de composição, modo de uso, validade, lote, fabricante e demais dados exigidos pela legislação aplicável, quando couber.

4.3. Os materiais de limpeza, higiene e conservação deverão possuir qualidade compatível com a finalidade a que se destinam, não sendo admitidos produtos vencidos, violados, deteriorados, adulterados, com embalagens danificadas ou em desacordo com as especificações exigidas.

4.4. Quando se tratar de produtos sujeitos à regulamentação sanitária, tais como saneantes, detergentes, desinfetantes, álcool, sabonetes, produtos de higiene e itens similares, a contratada deverá fornecer produtos regularizados junto aos órgãos competentes, especialmente quando houver exigência de registro, notificação ou autorização perante a autoridade sanitária competente.

4.5. A Administração poderá solicitar, quando necessário, ficha técnica, catálogo, laudo, registro, notificação, autorização de funcionamento ou outro documento equivalente que comprove a conformidade do produto ofertado com as exigências técnicas e sanitárias aplicáveis.

### Subcontratação

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto principal da contratação, considerando tratar-se de fornecimento de bens comuns, de entrega direta pela contratada, sem prejuízo da utilização de serviços acessórios de transporte, carga e descarga, desde que sob integral responsabilidade da empresa contratada.

### Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência de garantia contratual prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, o fornecimento parcelado conforme demanda e o baixo risco de inadimplemento grave que justifique tal exigência. A Lei nº 14.133/2021 disciplina a garantia contratual nos arts. 96 e seguintes, mas sua exigência depende de previsão e justificativa no instrumento convocatório.

### Requisitos de sustentabilidade

4.8. Sempre que possível e sem prejuízo à competitividade, à economicidade e ao atendimento das especificações mínimas, deverão ser observadas práticas sustentáveis na aquisição dos materiais, especialmente:

- a) preferência por produtos com embalagens recicláveis, reutilizáveis ou com menor impacto ambiental;
- b) fornecimento de produtos concentrados ou de maior rendimento, quando compatíveis com a necessidade da Administração, visando à redução de consumo, armazenamento e geração de resíduos;
- c) observância das normas ambientais e sanitárias aplicáveis à fabricação, comercialização, transporte e descarte dos produtos;
- d) vedação ao fornecimento de produtos que apresentem riscos indevidos à saúde dos usuários, servidores, alunos ou ao meio ambiente, quando utilizados conforme as instruções do fabricante;
- e) acondicionamento adequado dos produtos, de modo a evitar vazamentos, perdas, contaminações, desperdícios ou danos durante o transporte e armazenamento;
- f) priorização de fornecedores que adotem boas práticas de logística, redução de resíduos e destinação ambientalmente adequada de embalagens e materiais, quando aplicável;
- g) fornecimento de produtos com rotulagem clara, orientações de uso, diluição, armazenamento e descarte, especialmente em relação a produtos químicos e saneantes.

4.9. As exigências de sustentabilidade deverão ser aplicadas de forma proporcional e razoável, evitando restrições indevidas à competitividade, mas garantindo que os produtos adquiridos atendam à finalidade pública com qualidade, segurança e menor impacto ambiental possível.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184 - Centro - Fone: (42) 3656-1002 (42) 3656-1108  
CNPJ: 01.607.627/0001-78 - CEP: 85162-000 - Goioxim-PR

[www.goioxim.pr.gov.br](http://www.goioxim.pr.gov.br)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

**5.1.** O fornecimento dos materiais ocorrerá de forma **parcelada**, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e das unidades escolares da rede municipal de ensino, mediante emissão de **requisição, ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente**.

**5.2.** A contratada somente deverá realizar a entrega dos produtos após solicitação formal da Administração, não sendo admitido o fornecimento sem prévia autorização do setor competente.

**5.3.** As entregas deverão ocorrer no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da ordem de fornecimento, requisição ou nota de empenho, salvo se outro prazo for expressamente indicado pela Administração em razão da natureza ou urgência da demanda.

**5.4.** Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Educação, podendo compreender a sede da Secretaria, almoxarifado central ou diretamente as unidades escolares da rede municipal de ensino de Goioxim/PR, conforme necessidade administrativa.

**5.5.** A entrega deverá ocorrer em dias úteis, durante o horário de expediente da Administração, ou em outro horário previamente ajustado com o setor responsável pelo recebimento.

**5.6.** Todos os custos relativos ao transporte, carga, descarga, embalagem, seguros, tributos e demais despesas necessárias à entrega dos produtos serão de inteira responsabilidade da contratada, sem qualquer ônus adicional para o Município.

**5.7.** Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente embalados, identificados, lacrados quando aplicável, com rótulo legível, prazo de validade vigente, lote, fabricante, composição, modo de uso e demais informações exigidas pela legislação aplicável.

**5.8.** Não serão aceitos produtos vencidos, deteriorados, adulterados, violados, com embalagens danificadas, com vazamentos, sem identificação adequada ou em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, no Edital e na proposta vencedora.

**5.9.** Sempre que aplicável, os produtos deverão possuir prazo de validade compatível com o uso pela Administração, devendo ser entregues, preferencialmente, com no mínimo **75% do prazo de validade total ainda vigente**, contado da data da entrega.

**5.10.** A contratada deverá substituir, às suas expensas, no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, os produtos que apresentarem defeitos, irregularidades, divergência de especificação, embalagem danificada, prazo de validade inadequado ou qualquer desconformidade verificada pela Administração.

**5.11.** O recebimento dos materiais ocorrerá da seguinte forma:

**I — Recebimento provisório:** no ato da entrega, para verificação preliminar da quantidade, condições aparentes das embalagens e conformidade inicial com a ordem de fornecimento;

**II — Recebimento definitivo:** após conferência da qualidade, especificações, validade, quantidade e demais condições exigidas neste Termo de Referência, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** após o recebimento provisório.

**5.12.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos, irregularidades ou desconformidades posteriormente constatadas nos produtos fornecidos.

**5.13.** Caso os produtos entregues estejam em desacordo com as especificações exigidas, a Administração poderá recusá-los total ou parcialmente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, caso a contratada não realize a substituição no prazo determinado.

**5.14.** A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração, competindo-lhe verificar o cumprimento das condições de fornecimento, registrar eventuais ocorrências e atestar as notas fiscais correspondentes aos produtos efetivamente recebidos e aceitos.

**5.15.** O pagamento será realizado somente em relação aos produtos efetivamente solicitados, entregues, conferidos e aceitos pela Administração, não havendo obrigação de aquisição integral dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

**6.1.** A Ata de Registro de Preços, o contrato, a nota de empenho, a ordem de fornecimento ou instrumento equivalente deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência, na proposta vencedora e nas normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

**6.2.** A execução do objeto será realizada mediante solicitações formais da Administração, por meio de ordem de fornecimento, requisição, nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação e das unidades escolares da rede municipal de ensino.

**6.3.** As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir formalidade, admitindo-se o uso de e-mail, sistema eletrônico, aplicativo de mensagem institucional ou outro meio idôneo que permita o registro da comunicação.

**6.4.** A Administração poderá convocar representante da empresa contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, especialmente em casos de atraso na entrega, necessidade de substituição de produtos, divergência de especificações, falhas no fornecimento ou demais ocorrências relacionadas à execução do objeto.

**6.5.** Após a assinatura da Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, quando necessário, a fim de apresentar as condições de fornecimento, obrigações da contratada, forma de solicitação dos materiais, locais de entrega, mecanismos de fiscalização, critérios de recebimento, pagamento e sanções aplicáveis.

## **Fiscalização**

**6.6.** A execução da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes será acompanhada e fiscalizada pelos servidores **Elion Leite da Silva** e **Miriam Rossi**, sem prejuízo da indicação posterior de outros servidores pela Administração, caso necessário.

**6.7.** Compete aos fiscais acompanhar a execução do objeto, verificar a conformidade dos produtos entregues com as especificações constantes neste Termo de Referência, no Edital e na proposta vencedora, bem como conferir quantidades, prazos de entrega, condições de embalagem, validade, qualidade e demais requisitos exigidos.

**6.8.** Os fiscais deverão registrar eventuais ocorrências verificadas durante a execução do objeto, especialmente atrasos, entregas parciais, produtos em desacordo, embalagens danificadas, validade inadequada, necessidade de substituição, recusa de recebimento ou qualquer outra irregularidade constatada.

**6.9.** Caso ocorra descumprimento das obrigações assumidas pela contratada, os fiscais deverão comunicar o fato ao gestor do contrato, para adoção das providências cabíveis, inclusive notificação da empresa, solicitação de substituição dos produtos, glosas, retenções, abertura de procedimento administrativo ou aplicação de sanções, quando for o caso.

**6.10.** O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará a regularidade documental, o empenho, a liquidação, o pagamento, eventuais glosas e a formalização de apostilamentos ou termos aditivos, solicitando os documentos comprobatórios necessários.

## **Gestor do Contrato**

**6.11.** O gestor do contrato será o Secretário da pasta requisitante ou outro servidor formalmente designado pela Administração, competindo-lhe coordenar, acompanhar e administrar a execução da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes.

**6.12.** Compete ao gestor acompanhar os registros realizados pelos fiscais, analisar as ocorrências relacionadas à execução do objeto e adotar as providências necessárias para assegurar o regular atendimento da finalidade pública da contratação.

**6.13.** O gestor deverá acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, especialmente para fins de emissão de empenho, liquidação e pagamento, comunicando ao setor competente eventuais pendências que possam impedir o regular prosseguimento da despesa.

**6.14.** O gestor deverá avaliar, juntamente com os fiscais, o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, registrando o desempenho da empresa, eventuais falhas, medidas corretivas adotadas e penalidades aplicadas, quando houver.

**6.15.** Quando constatado descumprimento contratual, o gestor deverá adotar as providências necessárias à formalização de procedimento administrativo de responsabilização, nos termos da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**6.16.** O gestor deverá encaminhar ao setor competente a documentação necessária para os procedimentos de liquidação e pagamento, inclusive notas fiscais, atestos de recebimento, registros de fiscalização e demais documentos exigidos pela Administração.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

**6.17.** Ao final da vigência da Ata de Registro de Preços ou dos instrumentos dela decorrentes, o gestor poderá elaborar relatório final, quando necessário, contendo informações sobre a execução do objeto, atendimento das necessidades da Administração, ocorrências relevantes e eventuais sugestões para aperfeiçoamento de futuras contratações.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Do recebimento do objeto

**7.1.** O recebimento dos materiais será realizado pelo servidor responsável ou comissão designada pela Administração, mediante conferência da quantidade, qualidade, especificações, condições de embalagem, prazo de validade e demais requisitos previstos neste Termo de Referência, no Edital e na proposta vencedora.

**7.2.** O recebimento ocorrerá em duas etapas:

**I – Recebimento provisório:** no ato da entrega, para verificação preliminar da quantidade, condições aparentes das embalagens e conformidade inicial com a ordem de fornecimento, requisição, nota de empenho ou instrumento equivalente;

**II – Recebimento definitivo:** após conferência da qualidade, validade, especificações, quantidade e demais condições exigidas, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** contados do recebimento provisório.

**7.3.** Os produtos que apresentarem desconformidade com as especificações deste Termo de Referência, do Edital ou da proposta vencedora serão rejeitados, total ou parcialmente, conforme o caso.

**7.4.** Na hipótese de rejeição, a contratada deverá substituir os produtos recusados no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contado da notificação da Administração, sem qualquer ônus adicional ao Município.

**7.5.** A substituição dos produtos não afasta a possibilidade de aplicação das sanções administrativas cabíveis, caso constatado atraso, reincidência, má-fé, fornecimento irregular ou descumprimento das obrigações assumidas.

**7.6.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos, irregularidades ou desconformidades posteriormente constatadas nos produtos fornecidos.

**7.7.** Deverá constar no recibo, termo de recebimento, atesto ou documento equivalente a identificação do servidor responsável, a data do recebimento, a especificação qualitativa e quantitativa dos itens recebidos e o local da entrega.

### Da liquidação

**7.8.** A liquidação da despesa será realizada após o recebimento definitivo do objeto, mediante apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente acompanhado dos documentos exigidos pela Administração.

**7.9.** Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, o setor competente terá o prazo de até **05 (cinco) dias úteis** para fins de liquidação da despesa, prorrogável por igual período mediante justificativa.

**7.10.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente contém os elementos necessários, especialmente:

- a) data de emissão;
- b) dados da contratada;
- c) dados do Município contratante;
- d) identificação do processo licitatório, Ata de Registro de Preços, contrato, nota de empenho ou ordem de fornecimento, quando houver;
- e) descrição dos produtos fornecidos;
- f) quantidade entregue;
- g) valor unitário e valor total;
- h) eventual destaque de retenções tributárias cabíveis.

**7.11.** Havendo erro na nota fiscal, divergência de valores, ausência de documentos, irregularidade fiscal ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até que a contratada providencie a correção ou regularização necessária.

**7.12.** Regularizada a pendência, o prazo para liquidação e pagamento será reiniciado, sem que isso gere qualquer ônus adicional ao Município.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

**7.13.** A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá estar acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista da contratada, podendo a Administração realizar consulta aos sistemas oficiais disponíveis, inclusive SICAF, quando aplicável, ou aos sítios eletrônicos oficiais competentes.

**7.14.** A Administração poderá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital antes da liquidação e do pagamento, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista e à inexistência de impedimentos para contratar com o Poder Público.

**7.15.** Constatada irregularidade sanável, a contratada poderá ser notificada para regularizar a situação no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período, a critério da Administração, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas cabíveis.

## **Do pagamento**

**7.16.** O pagamento será efetuado somente em relação aos produtos efetivamente solicitados, entregues, conferidos, recebidos definitivamente e regularmente liquidados pela Administração.

**7.17.** O pagamento será realizado no prazo de até **30 (trinta) dias**, contado do recebimento definitivo do objeto e da regular liquidação da despesa.

**7.18.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, depósito ou transferência para conta corrente indicada pela contratada, em banco, agência e conta de sua titularidade.

**7.19.** Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária, transferência ou documento equivalente.

**7.20.** Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias, previdenciárias ou outras previstas na legislação aplicável.

**7.21.** A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção quanto aos tributos abrangidos por aquele regime, desde que apresente documento comprobatório de sua condição, quando exigido pela Administração.

**7.22.** Em caso de atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos poderão ser atualizados monetariamente, desde o término do prazo previsto para pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice oficial previsto no Edital ou no instrumento contratual.

**7.23.** Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto houver pendência de liquidação da despesa, entrega irregular, ausência de documentação exigida ou descumprimento de obrigação contratual que impeça o regular pagamento.

**7.24.** O pagamento não implicará aceitação definitiva de produtos entregues em desacordo com as especificações, nem afastará a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos ou irregularidades posteriormente constatadas.

## **8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**8.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, adotando o sistema REGISTRO DE PREÇOS.

### **Regime de execução**

**8.2.** O fornecimento será realizado por preço unitário por item, conforme os quantitativos efetivamente solicitados, entregues e aceitos pela Administração, observadas as condições da Ata de Registro de Preços.

### **Exigências de habilitação**

**8.3.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

**8.3.1.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

8.3.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.3.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.3.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.3.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.3.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.3.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.12. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.3.13. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; quando for o caso;

8.3.14. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.16. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **Qualificação Econômico-Financeira**

8.3.17. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184 - Centro - Fone: (42) 3656-1002 (42) 3656-1108

CNPJ: 01.607.627/0001-78 – CEP: 85162-000 - Goioxim-PR

[www.goioxim.pr.gov.br](http://www.goioxim.pr.gov.br)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

## QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

- a) Comprovação de aptidão para fornecimento de bens compatíveis com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que demonstre o fornecimento anterior de materiais de limpeza, higiene, conservação ou itens correlatos. A Administração poderá realizar diligências para verificar a autenticidade das informações apresentadas.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de previsto R\$ 318.711,75.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

10.1. As despesas decorrentes desta contratação serão cobertas pelos créditos orçamentários consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, nas seguintes dotações:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	760	08.001.12.365.0008.2019	00104	3.3.90.32.00.00	Do Exercício
2026	750	08.001.12.365.0008.2019	00103	3.3.90.32.00.00	Do Exercício

10.2. Caso a contratação seja realizada em exercícios posteriores a 2026, as despesas serão cobertas pelos créditos orçamentários consignados nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais, nas dotações correspondentes.

➤ Assinado digitalmente pelos secretários requisitantes.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

**PODENDO SER UTILIZADO MODELO PRÓPRIO DA EMPRESA DESDE QUE CONTENHA  
TODAS AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS**

## ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

(Preferencialmente em papel timbrado da empresa).

Ao

Pregoeiro

Município de Goioxim-PR

**PROPOSTA DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) nº xx/2026**

**IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:** Razão social da licitante, número de inscrição junto CNPJ/MF, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato, número da conta corrente, agência e respectivo Banco.

**IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL:** Dados do responsável que assinará o instrumento Contratual, compreendendo: Nome, CPF, RG, estado civil, profissão, endereço completo.

**IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO:** Dados do preposto, que deverá possuir vínculo empregatício com a vencedora da licitação, compreendendo: Nome, CPF, RG, e-mail, telefone para contato direto;

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados, conforme TERMO DE REFERENCIA - ANEXO I, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

ITEM	PRODUTO	MARCA/MODELO	QTD	VALOR UNI	VALOR TOTAL

### DECLARAÇÕES:

1. Tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, e execução do objeto da licitação e na concordância com todos os termos deste edital;
2. Que a proposta de preços terá validade de 90 dias corridos contados da data de sua apresentação;
3. Que atende os requisitos de qualidade mínima exigidos do(s) produto(s) ou serviço(s) bem como seus prazos e condições de entrega;
4. Que nos preços ofertados estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

LOCAL E DATA

**ASSINATURA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**





# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000  
CNPJ 01.607.627/0001-78

## ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICRO OU PEQUENA EMPRESA

(Preferencialmente em papel timbrado da empresa).

Ao

Pregoeiro

Município de Goioxim-PR

### DECLARAÇÃO

A empresa xxx, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º xx por intermédio de seu Representante Legal, Sr.(a) xx, portador(a) da Carteira de Identidade n.º xx, inscrito no CPF/MF sob o n.º xx, DECLARA, para fins do disposto no Edital de **Pregão Eletrônico (SRP) N.º xx/2026**, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

OBS:1 ) Assinalar com um “X” a condição da empresa.

1. ( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
2. ( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

Caso assinalada a opção (1) ou (2), DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º. 123, de 14 de dezembro de 2006.

LOCAL E DATA

### ASSINATURA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Importante:

- 1) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderá ser objeto de diligência para confirmação da veracidade da mesma e implicará no tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006.
- 2) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte falsa ou inverídica sujeitará a licitante às penalidades previstas neste Edital, bem como, às demais sanções penais cabíveis.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000  
CNPJ 01.607.627/0001-78

## ANEXO V – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº .....

O MUNICÍPIO DE GOIOXIM, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Centro, na cidade de Goioxim, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 01.607.627/0001-78, neste ato representada pelo Prefeito Municipal de Goioxim/PR, em pleno exercício de seu mandato e funções, o Sr. Eder dos Santos, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../2026, RESOLVE registrar os preços da empresa (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante), qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços **CONFORME OBJETO DEFINIDO NO EDITAL**, especificados no Termo de Referência, anexo **do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº xx/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta cujo preço tenha sido registrado, independentemente de transcrição.

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item/Lote	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Un

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será o MUNICÍPIO DE GOIOXIM-PR, composto por todas as Secretarias Municipais.

3.2. Ficam nomeados como Gestor e fiscal, deste contrato, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme o Artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, Decreto Municipal nº 214/2023 e Portaria nº 12/2024 os senhores:

GESTOR: servidor a ser formalmente designado pela autoridade competente.

FISCAL ADMINISTRATIVO: servidor a ser formalmente designado pela autoridade competente.

e/ou

FISCAL TÉCNICO: servidor a ser formalmente designado pela autoridade competente.

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000  
CNPJ 01.607.627/0001-78

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na prorrogação da ata de registro de preços, poderão ser reestabelecidos os quantitativos inicialmente licitados, acrescidos do saldo remanescente, em se tratando de prestação de serviços ou fornecimento contínuo.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão gerenciador por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, não podendo ser oferecido quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000  
CNPJ 01.607.627/0001-78

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. **Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação; e**

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da licitação, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitem, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000  
CNPJ 01.607.627/0001-78

## 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 7.1.2.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000  
CNPJ 01.607.627/0001-78

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital de licitação.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

## 10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em uma via, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e disponibilizada na íntegra na página oficial do órgão gerenciador: <http://Goioxim.pr.gov.br>.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000  
CNPJ 01.607.627/0001-78

## Anexo

### Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade







# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000  
CNPJ 01.607.627/0001-78

## ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021  
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM ENTRE O MUNICÍPIO DE GOIOXIM E A EMPRESA

.....

O MUNICÍPIO DE GOIOXIM, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, com sede na Rua Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Centro, na cidade de Goioxim, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 01.607.627/0001-78, neste ato representado pelo Prefeito Municipal de Goioxim/PR, portador da cédula de identidade nº xx SSP/PR e CPF/MF nº xxxxxxxx, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa xxxxxx, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxx, situada a Rua xx, nº xx, CEP xxxx, neste ato representada pelo(a) Sr(a). xxxxxxxx, brasileiro(a), portador(a) do(a) CPF/MF nº xxxxxxxx, e cédula de identidade nº xxxxxx, SSP/xx, residente e domiciliado em xxxxxxxx, doravante denominada CONTRATADA e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é o Aquisição de materiais de limpeza, higiene, conservação e itens correlatos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação e das unidades escolares da rede municipal de ensino de Goioxim-PR, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

##### 10.1. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 10.1.1. O Termo de Referência;
- 10.1.2. O Edital da Licitação;
- 10.1.3. A Proposta do contratado;
- 10.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021 O prazo de vigência da contratação será definido no instrumento contratual ou equivalente, observada a vigência da Ata de Registro de Preços e as disposições dos arts. 105 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.
- 2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000  
CNPJ 01.607.627/0001-78

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. Ficam nomeados como Gestor e fiscal, deste contrato, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme o Artigo 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, Decreto Municipal nº 214/2023 e Portaria nº 12/2024 os senhores:

GESTOR: servidor a ser formalmente designado pela autoridade competente.

FISCAL ADMINISTRATIVO: servidor a ser formalmente designado pela autoridade competente.

e/ou

FISCAL TÉCNICO: servidor a ser formalmente designado pela autoridade competente.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### 6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

### 8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000  
CNPJ 01.607.627/0001-78

- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar a Procuradoria Jurídica Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
9. **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))**
  - 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
  - 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
  - 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
  - 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
  - 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
  - 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
  - 9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
  - 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000  
CNPJ 01.607.627/0001-78

- 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))**
- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.
- 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))**
- 11.1. [Lei n.º 14.133, de 2021](#) 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
  - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - der causa à inexecução total do contrato;
  - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
  - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
  - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).
- iv. Multa:**
- Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000  
CNPJ 01.607.627/0001-78

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 1% a 10% do valor do Contrato.
  3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 0,5% a 5% do valor do Contrato.
  4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 3% do valor do Contrato.
  5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 3% do valor do Contrato.
  6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 3% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - 11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
  - 11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - 11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000  
CNPJ 01.607.627/0001-78

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, conforme dotação orçamentária indicada pelo setor contábil no processo administrativo:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

ESTADO DO PARANÁ

R. Laurindo Cordeiro de Souza, 184, Goioxim - PR, CEP 85162-000  
CNPJ 01.607.627/0001-78

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Goioxim-PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO  
TESTEMUNHAS:

1-  
2-